

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, a Administração da Teles Pires Participações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(5)	627	305.111	681.788	418.752
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	-	46.653	8.072
Impostos e Contribuições a recuperar	(7)	4.356	2.915	9.451	6.471
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	1.084	1.622
Outros ativos circulantes	-	-	-	4.075	933
TOTAL DO CIRCULANTE		4.983	308.026	743.051	435.850
NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	-	-	28.967	8.886
Depósitos judiciais	(23)	-	-	46.169	1.119
Investimentos	(9)	1.794.824	740.757	-	-
Imobilizado	(10)	-	-	3.052.001	1.461.407
Intangível	(11)	-	-	106.949	98.210
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.794.824	740.757	3.234.086	1.569.622
TOTAL DO ATIVO		1.799.807	1.048.783	3.977.137	2.005.472

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12	Participação de não controladores		Total
			31/12/13	31/12/12	
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (não auditados)					
Aumento de Capital	192.994	(2.135)	190.859	6.549	197.408
Prejuízo do exercício	188.757	-	188.757	-	188.757
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (representado)					
Aumento de Capital de Investida	-	(12.859)	(12.859)	(20)	(12.879)
Prejuízo do exercício	381.751	(14.994)	366.757	6.529	373.286
Aumento de Capital de Investida	-	-	-	-	9.374
Prejuízo do exercício	707.080	-	707.080	-	707.080
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
	1.088.831	(50.469)	1.038.362	15.584	1.053.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Prejuízo Líquido do Período	(35.475)	(12.859)	(35.475)	(21.903)
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	-	-	71	71
Equivalência patrimonial	15.738	8.409	-	-
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	-	2.991	-
Participações minoritárias	-	-	9.055	3.098
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Impostos e contribuições a recuperar	(1.440)	(2.915)	(23.061)	(16.064)
Depósitos judiciais	-	-	(45.050)	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	538	489
Outros ativos	-	-	(3.142)	118
(AUMENTO) (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	21	-	40.976	(36.371)
Impostos e Contribuições a recolher	(2)	2	-	2
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	19.387	4.323	19.387	4.323
Outros passivos	-	-	7.881	(1.270)
CAIXA ORIUNDO (APLICADOS NAS) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Aumento de Participação	(1.012.785)	(558.307)	-	(205.144)
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.474.875)	(919.588)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	-	-	345.795
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento de Capital	707.080	188.757	707.080	188.757
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	1.095.240	406.688
Captação de Debêntures	-	-	680.984	690.984
Custo de Transação	2.992	(3.283)	1	(3.283)
GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Caixa e equivalentes no início do exercício	710.072	866.458	1.802.321	1.273.146
Caixa e equivalentes no final do exercício	(304.484)	305.111	301.617	426.702
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA				
Caixa e equivalentes no início do período	305.111	305.111	426.824	122
Caixa e equivalentes no final do período	627	305.111	728.441	426.824
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA				
Provisão de Fornecedores	-	-	116.918	81.581
Capitalização de juros e despesas financeiras não caixa	57.020	12.715	115.790	50.968
Intangível - Uso do bem público	-	-	8.739	16.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas gerais e administrativas	(18)	(233)	(18)	(15.162)	(17.310)
Equivalência patrimonial	(15,738)	(8,409)	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL					
Despesas financeiras	(19)	(117)	(109)	(925)	(270)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e 15% ser destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A investida está incorrendo em gastos relacionados com a implantação do aproveitamento hidroelétrico, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos dar-se-á a partir do início das operações. A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 50.469. A Companhia depende do suporte financeiro de seus acionistas. Aliado a isso assinou contrato de empréstimo junto ao BNDES para financiar a construção da usina (Nota 11). A administração da Companhia prevê, após a entrada em operação do empreendimento, o montante suficiente para recuperar os investimentos realizados. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 09/04/2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.	(16,088)	(8,536)	(16,088)	(17,580)	
Diferido	(19,387)	(4,323)	(19,387)	(4,323)	
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
Participações dos acionistas não controladores	(35,475)	(12,859)	(35,475)	(21,903)	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO					
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO: Ordinária	(0,03)	(0,01)	(0,03)	(0,02)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Teles Pires Participações é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 78 - 2º andar (parte) - Flamengo, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires. A usina localizada no rio Teles Pires entre os Estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, Energia Assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW. O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2011 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano. O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Hidrelétrica Teles Pires S.A., passarão a integrar o patrimônio da Usina, mediante indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente. A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e 15% ser destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A investida está incorrendo em gastos relacionados com a implantação do aproveitamento hidroelétrico, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos dar-se-á a partir do início das operações. A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 50.469. A Companhia depende do suporte financeiro de seus acionistas. Aliado a isso assinou contrato de empréstimo junto ao BNDES para financiar a construção da usina (Nota 11). A administração da Companhia prevê, após a entrada em operação do empreendimento, o montante suficiente para recuperar os investimentos realizados. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 09/04/2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) **Bases de apresentação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB exceto no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICP 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	Negócios em Conjunto
CPC 26 (R1)/IAS 1	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 33 (R3)/IAS 19	Benefícios a Empregados
CPC 38 (R3)/IAS 10	Demanda de Condições
CPC 40 (R1)/IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
CPC 45/IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades
CPC 46/IFRS 13	Mensuração do Valor Justo

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	Taxas
IFRS	Instrumentos Financeiros

2.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2 - Instrumentos financeiros.** a) Ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos. a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo menos os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas no demonstrativo do resultado. • Empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deslucro ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. • Investimentos mantidos até o vencimento. Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. b) Passivos financeiros. Os passivos financeiros da Companhia são classificados como outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outros créditos a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros. • Empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.3 - Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.4 - Títulos e valores mobiliários.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. **2.5 - Imobilizado e Intangível.** Registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo adiantamentos a fornecedores, gastos a ratear de salários e encargos do pessoal, gastos sócio-administrativos, amortizações de prêmios de seguros e juros de empréstimos, quando aplicáveis, todos diretamente atribuíveis à construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.6 - Uso do bem público.** A Companhia registrou o Uso do Bem Público ("UBP") no ativo e no passivo, a valor presente, na data de assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Teles Pires. Após o registro inicial, os saldos do UBP são atualizados mensalmente, com base na taxa que reflete o custo médio ponderado de capital quando da aquisição da concessão. **2.7 - Fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8 - Obrigações de ressarcimento.** Refere-se principalmente ao ressarcimento dos custos com o desenvolvimento dos Estudos de Inventário e de Viabilidade. **2.9 - Empréstimos e debêntures.** Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é conhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. **2.10 - Resultado.** É basicamente representado por gastos administrativos e receitas e despesas financeiras não atribuíveis diretamente à construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires. Tais valores são contabilizados de acordo com o regime de competência. **2.11 - Ajuste a valor presente.** Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação. **2.12. Contrato de concessão.** Considerando a expectativa de venda do restante da energia assegurada no mercado livre, com preço superior ao preço estabelecido no leilão para atendimento ao mercado regulado, resultando em uma receita não regulada de valor relevante em relação à receita total esperada do contrato e a impossibilidade de separar fisicamente a infraestrutura de geração que irá produzir energia para atendimento ao mercado regulado e ao mercado livre, a Companhia não aplica o ICP 1 - "Contratos de Concessão". **2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a administração faz estimativas com relação ao valor justo. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. Os ativos e passivos decorrentes de uso do bem público são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação considerando as estimativas da administração. A expectativa de venda do restante da energia assegurada no mercado livre, com preço superior ao preço estabelecido no leilão para atendimento ao mercado regulado, resulta em uma estimativa de receita não regulada de valor relevante em relação à receita total esperada do contrato e a impossibilidade de separar fisicamente a infraestrutura de geração que irá produzir energia para atendimento ao mercado regulado e ao mercado livre, sendo esse o motivo de não aplicação do pronunciamento técnico ICP 1.

3. Procedimentos de Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). A demonstração contábil consolidada foi preparada de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que incluem a Teles Pires Participações e sua controlada. A informação anual da controlada em conjunto Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. foi consolidada com base do método de consolidação integral, aplicável sobre cada componente da informação anual da investida. A Teles Pires Participações S.A. possui 99,10% de participação na controlada Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes: ✓ Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; ✓ Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; ✓ Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas; ✓ Capitalização dos encargos financeiros decorrentes das captações da aplicação dos recursos nos ativos imobilizáveis; **4. Representação das Cifras Comparativas:** Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial consolidado e individual de 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício consolidado e individual, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados estão representadas, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos: A Companhia alterou a capitalização de encargos financeiros sobre ativos em construção, em suas demonstrações financeiras individuais, conforme instruído no CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos. Os custos financeiros sobre obras em andamento do ativo imobilizado era anteriormente registrada contabilmente na demonstração do resultado da TPP. Esse procedimento era adotado tendo em vista que o ativo em construção está registrado na inventida Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP). Parte do capital integralizado pela TPP em sua controlada (CHTP) originou-se de emissão de debêntures pela TPP. Portanto, ainda que para a Controlada o valor capitalizado no patrimônio líquido não gere custo de empréstimo, nas demonstrações financeiras consolidadas, o grupo econômico único incorreu em tais custos para financiar a construção do ativo qualificado. Como as debêntures emitidas pela TPP tiveram como objetivo específico financiar a construção da UHE Teles Pires por meio de integralização de capital na Controlada, a Administração da TPP entende que, no contexto de suas demonstrações financeiras consolidadas nas quais a investida e sua controlada representam uma entidade econômica única, os custos das debêntures da investida (TPP) também devem fazer parte da mensuração dos encargos financeiros capitalizáveis considerando o total dos investimentos nas construções do imobilizado consolidado. Neste contexto, a TPP alterou a capitalização de custos das debêntures nas demonstrações financeiras individuais, para refletir a mensuração dos custos capitalizáveis como descrito anteriormente. Conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a TPP ajustou retroativamente as informações financeiras comparativas anteriormente apresentadas, para que o mesmo procedimento seja aplicado em todos os períodos incluídos nestas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras comparativas estão sendo representadas. A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes e reconciliações sobre os saldos em 31 de dezembro de 2012.

	Controladora		Controladora	
	31/12/12	Ajuste CPC20	31/12/12	(Reapresentado)
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	305.111	-	305.111	-
Impostos e Contribuições a recuperar	2.915	-	2.915	-
Total do Circulante	308.026	-	308.026	-
Não Circulante				
Investimentos	728.042 (a)	12.715	740.757	-
Total do Não Circulante	728.042	12.715	740.757	-
Total do Ativo	1.036.068	12.715	1.048.783	-
PASSIVO				
Circulante				
Impostos e contribuições a recolher	2	-	2	-
Total do Circulante	2	-	2	-
Não Circulante				
Debêntures	677.701	-	677.701	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	-	(b) 4.323	4.3	

e de repasse decorrentes da Dec. Nº Dir. 766/2012-BNDES, de 24 de julho de 2012, no valor total de R\$ 2.412.000. A liberação do montante contratado se dará através de 7 subcréditos, sendo que a primeira liberação ocorreu em duas parcelas, uma em 26 de outubro de 2012 e outra em 29 de outubro de 2012, totalizando o valor de R\$ 758.100. Em agosto de 2013 ocorreu a liberação da segunda parcela do subcrédito A, no valor total de R\$57.240 milhões. Sendo R\$ 28,62 milhões no dia 15/08 através do BNDES, e R\$ 28,62 no dia 29/08 através do Banco do Brasil. Novas liberações ocorreram em 16 de outubro e 19 de novembro de 2013, cada uma no valor de R\$ 165.000, e, em 26 de dezembro de 2013 houve outra liberação no valor de R\$708.000, totalizando o valor de R\$1.853.340 até 31 de dezembro de 2013. O contrato foi assinado para pagamento em 240 meses, com carência para início do pagamento em julho de 2015 e vencimento final do principal e juros em 2036. Sobre os valores referentes aos contratos de repasse incorreram juros de 1,75% ao ano acima da TJLP e para os valores referentes aos contratos diretos os juros são de 1,88% ao ano acima da TJLP. As garantias que asseguram o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento estão consubstanciadas nos instrumentos denominados documentos do financiamento, através de fianças proporcionais da Neoenergia S.A. e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, na razão de 51% e 49% da dívida, respectivamente.

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Consolidado		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/13	31/12/12
Moeda nacional							
BNDES	TJLP+1,75%	-	75.469	-	1.846.517	1.921.986	761.064
Total		-	75.469	-	1.846.517	1.921.986	761.064

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Consolidado		
	Passivo Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	159.990	-	159.990
Ingressos	-	751.277	751.277
Encargos	-	16.699	16.699
Amortizações e pagamentos de juros	(159.990)	-	(159.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	767.976	767.976
Ingressos	-	1.095.240	1.095.240
Encargos	-	58.770	58.770
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	1.921.986	1.921.986

15. Debêntures e Encargos:

O contrato de lançamento de debêntures, junto a Caixa econômica Federal especifica que a companhia deverá manter a partir do 33º mês do lançamento, durante a vigência da Debênture, o ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), apurado com base na relação dos juros moratórios pagos a cada semestre com o valor da conta reserva a ser mantida junto a Caixa Econômica Federal. Para fins do disposto na cláusula citada acima, ficou acordado que o ICSD será apurado pela Companhia e verificado para o pagamento pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras auditadas da emissora referentes ao semestre imediatamente anterior ao de verificação.

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Consolidado		
							Não Circulante	Total	Total
TELES PIRES PART	1ª Emissão	Série Unica	65.000	100 % CDI+0,7% a.a.	Não aplicável	Não aplicável	737.714	737.714	677.701
Total							737.714	737.714	677.701

• 1ª Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R\$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, não conversíveis, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Consolidado					
	31/12/13	31/12/12	Total			
Debêntures	Custos Transação	Líquido	Debêntures	Custos Transação	Líquido	
2015	37.822	(96)	37.726	20.897	(101)	20.796
2016	42.655	(193)	42.462	40.005	(193)	39.812
2017	42.655	(193)	42.462	40.005	(193)	39.812
2018	42.655	(193)	42.462	40.005	(193)	39.812
Após 2018	575.210	(2.608)	572.602	540.072	(2.603)	537.469
Total	740.997	(3.283)	737.714	680.984	(3.283)	677.701

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Consolidado		
	Ref.	Passivo Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Ingressos	(a)	646.716	646.716
Encargos	-	30.985	30.985
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	677.701	677.701
Ingressos	-	-	-
Encargos	-	60.013	60.013
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	737.714	737.714

a) O valor do ingresso está líquido do custo de transação.

16. Impostos e Contribuições a Recolher

Circulante	31/12/13		31/12/12		Consolidado	
	Ref.	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	Total
Imposto de Renda - IR	-	1	244	-	1	1
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	-	-	-	873
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	407	-	127	127
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	1.869	-	1.655	1.655
Outros	-	1	82	-	612	612
Total	-	2	2.602	-	3.266	3.266

17. Uso do Bem Público: A Companhia Hidrelétrica Teles Pires recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do pagamento anual de R\$ 5.515. O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do leilão. Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a investida procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 4,98% a.a. Durante a fase de construção, a atualização da obrigação em função de taxa de desconto e da variação de juros não será capitalizada no ativo e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida no resultado financeiro da investida.

Saldo em 31 de dezembro de 2011
Atualização monetária 72.774
Saldo em 31 de dezembro de 2012 16.311
Saldo em 31 de dezembro de 2013 89.085
Atualização monetária 89.085
Saldo em 31 de dezembro de 2013 89.085
Vencimentos 6.739
2015 93.259
2016 em diante 4.925
97.824

18. Patrimônio Líquido: Capital social, O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.088.831, dividido em 1.088.831 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Única	%
Neoenergia S.A.	550.512	50,56%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Total	1.088.831	100,00%
	RS Mil	
Acionistas	Única	%
Neoenergia S.A.	550.512	50,56%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	269.159	24,72%
Total	1.088.831	100,00%

Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 05 de dezembro de 2012 as empresas Furnas e Eletrosul passaram a participar do capital de Teles Pires Participações S.A.

19. Despesas Operacionais: As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos / Despesas	Consolidado	
	2013	2012
Pessoal	(5.874)	(5.075)
Honorários de diretoria e conselhos	(1.149)	(588)
Aluguéis	(668)	(1.332)
Viagens	(1.077)	(1.891)
Serviços de terceiros	(4.754)	(6.366)
Outros	(1.640)	(2.058)
Total custos / despesas	(15.162)	(17.310)
	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Custos / Despesas	Total	Total
Serviços de terceiros	233	18
Total custos / despesas	-	18

As despesas de pessoal têm a seguinte composição:
DESPESAS DE PESSOAL
Remuneração (2.245) 2.448
Plano Saúde-Empregados (364) 283
Rescisões (192) 227
Vale Refeição (246) 227
Prov. Hig. Médica e do Trabalho (107) 211
Seg. Hig. Médica e 13 Salário e encargos (1.217) 744
Encargos sobre folha de pagamento (1.418) 1.020
Outro Gasto de Pessoal (365) 142
(5.874) 5.075

20. Despesa Financeira

Despesas financeiras	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Outras despesas financeiras	(925)	(270)
Total	(925)	(270)

21. Contingências: A sua investida é parte envolvida em quatro processos legais, com natureza de Ação Cível Pública no que tange à parte ambiental do empreendimento. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelo seus consultores jurídicos externos.

Ação	Valor	Prognóstico de perda
1. Ausência do estudo do componente indígena (Nº 0005891-81.2012.4.01.3600)	3.600.000 (*)	Possível
2. Ausência de consulta livre prévia dos povos indígenas afetados pelo empreendimento (Nº 0003947-44.2012.4.01.3600)	3.600.000 (*)	Possível
3. Situação irregular dos termos de pactuação com municípios (Nº 8006-03.2011.4.01.3603)	16.500	Possível
4. Situação irregular com relação à legislação estadual do Mato Grosso (Nº 0007742-83.2011.4.01.3603)	1.000	Possível

(*) Os valores destacados foram fixados unilateralmente pelo Ministério Público e são considerados pela administração como meramente Informativos, não necessariamente atribuíveis ao valor de uma passível perda.

22. Compromissos: A Companhia admitiu do contrato de concessão da investida. (a) **Garantia de fiel cumprimento:** A garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato de concessão, prestada pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires conforme Edital de leilão nº 04/2010-ANEEL, no prêmio de R\$ 166.427 (atendido através de seguro-garantia firmado com Tokio Marine Brasil Seguradora S.A., cujo montante foi pago antecipadamente e deverá ser amortizado pelo prazo de vigência da aplicação), vigorará até três meses após o início da operação comercial da última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Teles Pires, podendo ser substituída por novas garantias, de valor progressivamente menor à medida que, de acordo com a fiscalização da ANEEL, atingir os marcos descritos a seguir:

Marco	Percentual liberado do montante inicial da garantia
Conclusão das instalações das centrais de britagem e concretagem	20%
Início da concretagem da casa de força	30%
Início da operação comercial de primeira unidade geradora	40%
Início da operação comercial de unidade geradora que integraliza 50% da potência total	85%
Final do terceiro mês posterior ao início da operação comercial da última unidade geradora	100%

(b) **Pesquisa e desenvolvimento.** Aplicar anualmente o montante mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 10.848/2004. A investida deve apresentar à ANEEL, anualmente, um programa contendo ações e metas físicas e financeiras, bem como a comprovação do cumprimento das obrigações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. (c) **Compromissos ambientais (não auditado).** A investida obteve licença de instalação 818/2011 emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, válida por 4 anos referente ao barramento da Usina Hidrelétrica Teles Pires, contendo exigências para implementação de planos e programas socioambientais. Além disso, a investida assinou termos de compromisso entre a ela e os municípios que a UHE Teles Pires, exerce influência: Município de Paranaitá (estado do Mato Grosso) e município de Alta Floresta (estado do Mato Grosso) e município de Jacareacanga (estado do Pará). A Administração da Companhia demonstra gestão para o cumprimento das metas desse ato de 31 de dezembro de 2013 alguns problemas exigidos pelo órgão que permanecem em andamento seguem descritos abaixo: • **PACM – Estado do Mato Grosso:** Os equipamentos solicitados na primeira pactuação e foram todos entregues, bem como, os cursos e treinamentos previstos. A única pendência é em relação à construção do depósito de insumos estadual. Conforme pactuação entre a Secretaria Estadual de Saúde de MT e CHTP, ficou acordado a construção de um depósito de insumos no município de Alta Floresta, o município de Alta Floresta disponibilizou o terreno para a construção via Ofício 190/2012-GP de 05 de outubro de 2012, porém, o mesmo não foi aprovado pela Direção do Escritório Regional de Saúde de Alta Floresta (ERSAF), ficando a responsabilidade do mesmo, em favor da investida de outro área para o Estado. A Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso – VISA aprovou o projeto do depósito de insumos da construção de Paranaitá. A assinatura do município de Alta Floresta, em 29 de outubro de 2013. A CHTP já sinalizou junto a construtora responsável, que está aguardando a Prefeitura de Alta Floresta fazer a limpeza e realocação da planta no terreno disponibilizado, bem como, emissão do Alvará de construção. • **PACM – Município de Paranaitá/MT:** Em relação aos itens pactuados com o município de Paranaitá, está faltando apenas o início da construção do depósito de insumos, pelo qual, já foi contratada a construtora através do processo de licitação. O projeto foi aprovado pela VISA – MT, em 29 de outubro de 2013, com ressalvas, solicitando a indicação de outra área para construção do depósito. A CHTP através de carta, encaminhou o parecer ao município solicitando providências referente à indicação de outro terreno. Outra atividade relacionada ao compromisso da 1ª pactuação, era a reforma do laboratório existente, que foi substituída pela compra de equipamentos para o laboratório entregue em 08 de outubro de 2013. A substituição dos itens foi feita com anúncio do Ministério da Saúde, que emitiu o parecer favorável para substituição através de ofício em 23 de agosto de 2013. • **PACM – Município de Alta Floresta/MT:** Os compromissos relacionados à primeira pactuação foram todos cumpridos, e em relação à Renovação do ATCS – UHE Teles Pires já foram todos entregues no mês de Dezembro de 2013. • **PACM – Estado do Pará:** Todos os itens já foram entregues e disponibilizados para o estado. No primeiro semestre do corrente ano, a CHTP apoiou financeiramente um treinamento de formação de Microscopistas para Jacareacanga em parceria com SESP/ – Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará. • **PACM – Município de Jacareacanga/PA:** Todos os itens relacionados à primeira Pactuação com o município já foram entregues. Em relação à Renovação do ATCS a CHTP já disponibilizou todos os materiais e equipamentos conforme solicitado em setembro de 2013. A construção do posto de coleta (laboratório da comunidade do Cabaço) em Jacareacanga foi entregue no mês de dezembro de 2013. • **Termo de Compromisso – Estado de Mato Grosso:** Segurança Pública – Todos os equipamentos foram comprados e entregues no dia 29/06/2013. • **Termo de Compromisso – Município de Paranaitá/MT:** Conforme pactuado entre a CHTP e o município de Paranaitá referente ao Subprograma de Compensação Financeira, ficou estabelecido que o empreendedor investisse um total de R\$ 5.760.000,00 nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura e Segurança Pública. Frente a isso, a CHTP já executou todas as obras de compensações conforme indicado pela Prefeitura, e ainda, iniciou a utilização do fundo garantidor para suprir as demandas e indicações por parte do poder público, e do grupo de trabalho com representantes do Ministério Público, Prefeitura e CHTP. Ao todo, foram investidos a mais do previsto um total de R\$ 2.036.694,80 do fundo garantidor nas seguintes deliberações: compra de equipamentos para a Delegacia de Polícia Civil provisória em Paranaitá; Aluguel da Delegacia provisória, construção da nova Delegacia de Paranaitá (custeio de 50% do valor da obra R\$ 312.856,62) e construção do Terminal Rodoviário de Paranaitá (custeio 10) ambos com início em 26 de junho de 2013. Em dezembro de 2013 a construção da delegacia estava com 95% das obras concluídas com a previsão de entrega no início do mês de Março de 2014. A construção do terminal rodoviário no mês de dezembro de 2013 estava com 40% das obras concluídas com previsão de entrega para o mês de Abril de 2014. Foram realizadas três reuniões do grupo de trabalho, com representantes do Ministério Público, Prefeituras de Paranaitá e Alta Floresta, representante do poder legislativo de Paranaitá; representantes da Segurança Pública; representante da consultoria e CHTP. As reuniões do grupo de trabalho tinham por objetivo, discutir sobre a contratação e apresentação da nova consultoria, bem como, a apresentação do projeto e construção da nova sede da Delegacia de Paranaitá. Ainda conforme previsto no âmbito do PBA P.36 que sinaliza a necessidade de Campanhas de Prevenção ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada no município de Paranaitá. A campanha teve início em

06/05/2013 com encerramento no dia 24/05/2013. A CHTP em mais um ano foi parceira nesta campanha e apoiou com as concepções de todo material educativo, folder, panfleto, adesivo, faixas, e ainda, realizou o palestra de prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). • **Termo de Compromisso – Município de Alta Floresta/MT:** Em relação ao município de Alta Floresta – MT, a CHTP disponibilizou todos os investimentos indicados por parte do Poder Público e grupo de trabalho. No primeiro momento, a CHTP tinha como obrigação, executar todas as obras, e disponibilizar todos os recursos para as áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança pública, somando um total de R\$ 5.330.000,37. Ao todo, a CHTP, a partir da utilização do fundo garantidor (Subprograma de compensação financeira complementar) investiu R\$ 1.803.498,37 a mais do valor previsto. • **Termo de Compromisso – Estado do Pará:** Continua em andamento. • **Termo de Compromisso – Município de Jacareacanga/PA:** Em relação ao município de Jacareacanga – PA foi previsto o investimento de R\$ 4.550.000,00, conforme pactuado entre a CHTP e o município, referente ao Subprograma de Compensação Financeira. Os investimentos no município foram alocados na saúde com a construção do Centro Cirúrgico equipado, conforme lista encaminhada pelo município; Construção do Ginásio Poliesportivo; Construção da Feira municipal Coberta e Construção do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS. Ao todo, foram investidos R\$ 4.658.726,35, ou seja, R\$ 108.726,35 a mais do previsto, utilizando os recursos do Subprograma de compensação financeira complementar. Foi realizado no dia 18 de maio de 2013 no município de Jacareacanga a mobilização pelo fim da violência, do abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, usuários dos programas sociais e servidores do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, da Secretaria Assistência Social. Para a realização da campanha no município, a CHTP disponibilizou todo material gráfico para aplicação e suporte durante a realização das atividades. • **Compromisso indígena:** No mês de agosto/2013 a Companhia Hidrelétrica Teles Pires entregou ao povo Kayabi da aldeia Kururuzinho, a construção de um galpão e um gerador de energia, além de reformar toda instalação elétrica da aldeia. No mês de setembro foi entregue ao Posto de Saúde Indígena e equipamentos para atendimento médico e odontológico dos indígenas. O projeto será administrado pela Dsei Kayapá que enviará equipe médica e odontológica para atendimento na aldeia. A companhia está ciente da importância do atendimento integral da Licença de Instalação nº 818/2011 e de todas as exigências contidas nos Termos de Compromisso visando à futura Licença de Operação.

23 - Depósitos Judiciais: Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais destinados à aquisição das áreas abrangidas pela construção da Usina:

Depósitos Judiciais	2013	2012
Não-Circulante	46.169	1.119
Aquisição de Terras	46.169	1.119

24. Obrigações de ressarcimento: Refere-se principalmente ao ressarcimento dos custos com o desenvolvimento dos Estudos de Inventário e de Viabilidade, conforme previsto na cláusula sétima do Contrato de Concessão, discriminados abaixo:

Estudos de Inventário do Rio Teles Pires S.A.	Furnas Centrais Elétricas S.A.	2013	2012
		1.889	1.797

Os valores sofrem atualização pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP conforme determinação descrita no Anexo VIII do Edital de Leilão nº 04/2010 da ANEEL.

25. Gestão de Risco Financeiro: Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Considerações gerais e políticas. A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia, que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda nacional, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo Neoenergia que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas em mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável. Gestão do Capital Social. A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2013 e 2012. Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e Equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • Títulos e valores mobiliários – Representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado; • Fomecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. • Empréstimos, financiamentos - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. • Empréstimos, financiamentos e moeda nacional com o BNDES – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo acrescido de uma taxa que varia entre 1,75% a.a. e 1,88% a.a. • Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívidas equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço. O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Ativo (Passivos)	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	681.788	681.788	418.752	418.752
Títulos e valores mobiliários	46.653	46.653	8.072	8.072
Passivo				
Fomecedores	128.755	128.755	87.599	87.599
Demais empréstimos e financiamento em moeda nacional	1.921.986	1.921.986	767.976	767.976
Debêntures em moeda nacional	737.714	737.714	677.701	677.701

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo: • Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; • Nível 2 – Sem Mercado Ativo